

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 18 de fevereiro de 2019 às 07h50
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Propriedade Intelectual

China diz que chegou a consenso sobre questões importantes em negociação comercial com EUA 4
ECONOMIA

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

16 de fevereiro de 2019 | Inovação

EUA deveria combater bloqueio chinês à indústria tecnológica 5

G1 - Globo | BR

Arbitragem e Mediação

ACS inaugura Câmara de Arbitragem para resolver conflitos de forma rápida, sigilosa e segura 7
SANTOS E REGIÃO

BOL - Notícias | BR

Direitos Autorais

"Um Maluco no Pedaco": Ator perde ação sobre direito autoral da dança de Carlton 8

Pirataria

Bolsonaro usa camisa 'pirata' do Palmeiras em reunião e bomba na web 9

Diário do Comércio - MG | MG

Marco regulatório | INPI

Projeto visa ajustar registro de marcas 11

Blog Jornal do Carro - Estadão.com | BR

Patentes

Professores do MIT processam Ford por quebra de patente 12

ComputerWorld - Online | BR

Propriedade Intelectual

86 mil conteúdos são derrubados por violação de direito de software 13
NEGÓCIOS | DA REDAÇÃO

Fator Brasil - Online | BR

Marco regulatório | INPI

Propriedade Intelectual - Reflexões Contemporâneas 15

MSN Notícias | BR

Pirataria

Polícia faz apreensão em fábricas de Lamborghinis e Ferraris falsificadas 16

O Dia Online | RJ

Direitos Autorais

Padre Marcelo Rossi terá que depor na Polícia Civil sobre acusação de plágio 17

China diz que chegou a consenso sobre questões importantes em negociação comercial com EUA

ECONOMIA

A China e os Estados Unidos chegaram a um consenso em princípio sobre algumas questões importantes durante as negociações comerciais em Pequim, noticiou nesta sexta-feira a agência de notícias estatal chinesa Xinhua.

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Steven Mnuchin, (à esquerda) e o representante de Comércio dos EUA, Robert Lighthizer, ao lado do vice-primeiro-ministro chinês, Liu He (à direita) em Pequim, na China 15/02/2019 Mark Schiefelbein/Pool via REUTERS

Ambos os lados discutiram tópicos como **transferência de tecnologia**, proteção de **propriedade intelectual**, barreiras não-tarifárias, serviços, agricultura e balança comercial, informou a Xinhua, após uma semana de negociações em Pequim.

publicidade

Os dois países também tiveram uma discussão detalhada sobre um memorando de entendimento acerca de questões comerciais e econômicas, completou a Xinhua, sem dar detalhes.

EUA deveria combater bloqueio chinês à indústria tecnológica

Governo de Trump tem que exigir significativo acesso ao mercado de internet chinês

Enquanto China e Estados Unidos realizam negociações de alto nível sobre um possível acordo comercial, é intrigante ver o que ficou no mercado da internet chinesa. A China bloqueia ou proíbe praticamente todos os importantes concorrentes estrangeiros online, Google, Facebook, Wikipedia em chinês, Pinterest, Line (uma importante companhia japonesa de mensagens), Reddit e "The New York Times". Até o personagem do desenho britânico Peppa Pig, e sensação da internet em vídeo, foi censurado; um editorial do jornal oficial "Diário do Povo", do Partido Comunista, já advertiu que Peppa Pig poderia "destruir a infância".

Há muito tempo, a China defende a censura como uma questão política, uma tentativa legítima de proteger os cidadãos do que o governo considera "informações danosas", inclusive material que "espalha estilos de vida doentios". Mas não é preciso ser um teórico do comércio para perceber que a censura é também uma barreira extremamente eficaz ao comércio internacional.

A economia global da internet é avaliada em pelo menos 8 trilhões de dólares e continua crescendo, entretanto o governo Trump se concentra principalmente na indústria, na **transferência de tecnologia** e na agricultura, e aparentemente não exerce pressões para obter concessões neste assunto.

Protegidas contra a concorrência americana, japonesa e europeia, as empresas de internet chinesas cresceram enormemente nos últimos dez anos. Nove entre as 20 maiores companhias em valor de mercado são atualmente chinesas. Parte deste crescimento reflete a capacidade e a inovação dos engenheiros chineses, uma vibrante cultura de start-ups e o sucesso das empresas chinesas em satisfazer os gostos locais.

Mas é difícil acreditar que tudo isto não tenha se beneficiado com a censura.

Além disso, as barreiras à concorrência estrangeira têm outras consequências além das econômicas. Sem melhores opções, os usuários chineses devem se contentar com empresas como a Tencent, proprietária do aplicativo privado de mensagens WeChat, e com a companhia de pagamentos online Ant Financial, cujas violações à privacidade são incrivelmente mais impressionantes do que as do Facebook e da Cambridge Analytica. Tolerando a censura chinesa, os Estados Unidos encorajam outros países a fazer o mesmo.

Quando ingressou na Organização Mundial do Comércio em 2001, a China concordou com uma ampla liberalização do intercâmbio de serviços, inclusive processamento de dados e telecomunicações. A política de internet da China deve ser entendida como uma violação dos compromissos assumidos.

A China poderá alegar que sua política de internet é "necessária para proteger a moral pública ou manter a ordem", invocando a relevante exceção das normas da OMC. Mas embora esta exceção possa justificar a proibição dos sites de jogo ou mesmo a Peppa Pig, no caso da maioria das barreiras da internet da China, o objetivo real parece ser a proteção dos interesses das empresas chinesas.

Por que os Estados Unidos não cobram uma mudança? Não que não tenhamos influência para tanto. As empresas chinesas como a Tencent e a varejista online JD.com implantaram agressivamente suas operações nos EUA, buscando aproveitar do nosso mercado aberto e da internet aberta. Em 2016, o Gabinete do Representante Comercial dos Estados Unidos referiu-se ao bloqueio à internet chinesa como uma barreira comercial.

Por que permitir que um país faça negócios aqui se não permite que façamos negócios lá? O princípio fundamental da política comercial é a reciprocidade: reduzam as suas barreiras e nós reduziremos as nossas. No caso da economia da internet, os EUA depuseram as armas unilateralmente, e estão sendo feitos de bobos.

Particularmente estranha é a atitude das grandes empresas de internet americanas, vítimas da política de internet da China, cuja estratégia era em grande parte de conciliação. O Google se retirou do mercado chinês em 2010 pelo temor da censura e da espionagem industrial, e se queixou por um tempo da obstrução chinesa.

Entretanto, no ano passado, nós soubemos que o Google efetivamente desistiu de lutar, construiu um motor de busca censurado para o mercado chinês e pediu o acesso. Igualmente decepcionante foi a estratégia do Facebook. Embora o Facebook tenha sido banido da China há anos, Mark Zuckerberg, seu di-

Continuação: EUA deveria combater bloqueio chinês à indústria tecnológica

retor executivo, empreendeu embaraçosos esforços a fim de agradar ao presidente da China, Xi Jinping.

A conciliação não é uma política externa ou uma política comercial eficaz. Os Estados Unidos, com a maior economia do mundo e o mais importante setor de internet, deveriam estar negociando de uma posição de força. Se o governo Trump quer mostrar-se duro com a China na questão do comércio, deveria exigir um significativo acesso ao mercado de internet chinês, sob pena de negar às empresas chinesas o acesso aos mercados americanos. Foi assim que as negociações comerciais sempre funcionaram, e a internet não deveria ser a exceção. Caso contrário, correremos o risco de ganhar a batalha pelo passado abandonando a batalha pelo futuro.

Tim Wu é professor de Direito na Columbia University em Nova York, e autor do livro "The Curse of Bigness: Antitrust in the New Gilded Age".

ACS inaugura Câmara de Arbitragem para resolver conflitos de forma rápida, sigilosa e segura

SANTOS E REGIÃO



A solenidade de abertura, que ocorreu nesta quinta-feira (14), contou com uma palestra da advogada e mediadora da CBMAE Silvia Brega. O tema foi "Câmara de Mediação e Arbitragem: vantagens para os empresários". Ela irá explicar como funciona o processo de conciliação, mediação e arbitragem.

O presidente da Associação Comercial de Santos, Roberto Clemente Santini, destacou que a Câmara de Arbitragem será mais um serviço da ACS para a Cidade, com foco em todos os setores da comunidade, como empresarial, comercial e até mesmo o cidadão na busca de seus direitos. A CBMAE tem pessoas capacitadas, qualificadas e habilitadas para o procedimento de mediação.



*Proposta é que as empresas resolvam problemas sem entrarem com ações na Justiça. Câmara de **Arbitragem** começou a funcionar dentro da Associação Comercial de Santos.*

A Associação Comercial de Santos (ACS), no litoral de São Paulo, inaugurou uma unidade da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial. A proposta do serviço é que as empresas possam resolver problemas com fornecedores ou clientes sem a necessidade de entrarem com ações na Justiça.

A unidade foi criada em parceria com a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE), e que passa a funcionar na ACS. O objetivo é encontrar soluções para os conflitos de uma maneira mais eficaz, célere e sigilosa.

Para resolver conflitos por meio da unidade é preciso que uma das partes leve o caso pessoalmente, por e-mail ou telefone à equipe da Câmara. Ela precisa preencher um cadastro informando os dados do conflito. Os membros farão uma análise e apontarão a melhor solução. Após efetuar o pagamento do serviço, a outra parte envolvida será convidada a participar de uma audiência de conciliação. Não é obrigatória a presença de advogados nas audiências, mas é sempre aconselhável que as partes estejam acompanhadas de profissionais ligados à área de Direito.

A Câmara de Arbitragem da ACS funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14 às 18h, no edifício-sede da entidade, no Centro de Santos, na Rua XV de Novembro, 137. Os valores variam conforme o serviço usado e o valor da demanda. Para os associados da ACS há 30% de desconto sobre o valor de tabela.

"Um Maluco no Pedaco": Ator perde ação sobre direito autoral da dança de Carlton



Alfonso Ribeiro, astro de "Um Maluco no Pedaco", perdeu na Justiça a ação contra os criadores do game "NBA 2k". O objetivo do ator era adquirir o **direito autoral** da famosa dança do seu personagem Carlton. As informações são do site The Independent.

Segundo o ator, os movimentos vistos no game "NBA 2K" seriam uma mera cópia dos passos desenvolvidos por ele, com direito a uma música de fundo que adapta o instrumental de "It's Not Unusual", do cantor Tom Jones, dançada por Carlton nos episódios da série dos anos 90.

Segundo o site, o órgão responsável por avaliar os **direitos autorais** dos Estados Unidos afirmou que os movimentos eram de rotina, e não coreografados. Uma audiência está marcada para 18 de março.

O ator ainda processa os criadores do game "Fortnite" pelo mesmo caso. A ação continua na Justiça.

"Roubo"

Em um vídeo de 2012, Alfonso admitiu que "roubou" a coreografia dos atores Courteney Cox e Eddie Murphy. Ele disse na ocasião ter copiado os passos da atriz no final do clipe de "Dancing in the Dark", do

cantor Bruce Springsteen, e do ator em sua famosa "White Man Dance", que ridiculariza a forma desengonçada como as pessoas brancas costumam dançar.

Em outras entrevistas, sem usar o verbo "roubar", Ribeiro já havia atribuído aos dois a inspiração para desenvolver os movimentos.

Segundo ele, a ideia era criar uma dança típica de um homem branco, conceito por trás do personagem Carlton, o primo rico e engomado de Will Smith em "Um Maluco no Pedaco".

Compare abaixo a dança do ator com a reprodução no game "Fortnite".

Bolsonaro usa camisa 'pirata' do Palmeiras em reunião e bomba na web



O combate contra a **pirataria** é diário em clubes de futebol e, ontem, ganhou um episódio que gerou estranheza em um dos principais times do Brasil. O presidente Jair Bolsonaro postou uma foto em suas redes sociais usando uma camisa falsa do Palmeiras durante uma reunião.

A imagem causou repercussão instantânea, com alguns torcedores questionando a conduta do político e com outros minimizando o fato.

Bolsonaro vestindo camiseta falsificada é a metáfora mais que perfeita desse governo.

- Carolina (@CaroIPCH) 15 de fevereiro de 2019

o shopping da 25 foi fechado por vender coisa falsificada..... Blz, mas o Bolsonaro não tava com uma camisa falsificada do Palmeiras esses dias? Podemos fechar ele tb?

- Toretto (@dominevess) 15 de fevereiro de 2019

Até o presidente Jair Bolsonaro (PSL) ostentou, em reunião ministerial, uma camisa falsificada do Palmeiras. E quem é de nós, pobres mortais, que nunca usou uma camiseta pirateada de um clube do coração?

- Mario Carvalho (@MarioCa00530728) 15 de fevereiro de 2019

A reportagem apurou que a peça é pirata e remete ao uniforme utilizado pelo clube em 2007, ainda da época que a Adidas era fornecedora. Procurada, a empresa disse que não vai se pronunciar.

Bolsonaro também foi consultado pelo UOL Esporte e disse, por meio da Secretaria de Comunicação do Planalto, que não iria se manifestar sobre o assunto. Na festa do título do Brasileirão no ano passado, o Al-viverde personalizou uma camiseta e entregou nas mãos do presidente. Ele, no entanto, apareceu na imagem com a falsificada.

Palmeiras, Puma e seus parceiros conversam de forma frequente para organizar ações contra a **pirataria**. A prática causa prejuízos diários a todos os envolvidos. Não à toa, clube e fornecedora entram com ações na Justiça praticamente todos os dias para impedir a comercialização de produtos irregulares.

Em 2017, por exemplo, um levantamento feito pelo Fórum Nacional contra a **Pirataria** e Ilegalidade, mostrou que o Brasil perde R\$ 130 bilhões por ano

Continuação: Bolsonaro usa camisa 'pirata' do Palmeiras em reunião e bomba na web

com **pirataria**, contrabando e comércio ilegal de produtos e conteúdo.

Essa é uma das lutas que ocupa mais tempo dos departamentos jurídicos de time e empresa alemã, que também gera custo para clube e fornecedora. Juntos, eles agem na caça às lojas que vendem na internet e também estudando forma de impedir a comercialização física.

Desde a sua chegada ao Palmeiras, a Puma declarou se preocupar bastante com a ação do mercado pirata. Por isso, manteve todos os detalhes de seu lançamento em segredo até o primeiro minuto de 2019.

Além de ampliar a curiosidade do público, a estratégia atrasa a produção daqueles que agem ilegalmente.

Em dias de jogo, é comum ver ambulantes comercializando uniformes falsos nas imediações do estádio. Eles conseguem entrar no cerco mesmo sem ingresso e agem livremente vendendo uniformes que começam com o preço de R\$ 30. Na calçada à frente, a loja oficial do clube vende o produto oficial por R\$ 249,90.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Projeto visa ajustar registro de marcas

Brasília - Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 10920/18, do deputado Júlio Lopes (PP-RJ), que ajusta a Lei de Propriedade Industrial (LPI), n.º 9.279/96, para a adesão do País ao Protocolo de Madri.

Esse acordo internacional permite o registro de marcas comerciais, já garantido nos países de origem, em todos os cerca de 120 países integrantes do tratado, que representam 80% do comércio internacional. Isso pode possibilitar redução de custos, menos burocracia e a garantia de que essas marcas comerciais serão protegidas nos mercados internacionais. Apesar do pedido único, cada país fará o exame da marca para verificar se está de acordo a legislação de seu país.

Segundo Lopes, a adesão do Brasil ao tratado é cada vez mais urgente. "Viabilizar ao empresário brasileiro a simplificação de procedimentos no registro de sua marca em vários países do mundo constitui um importante fator de redução de burocracia e custo", argumenta.

Lopes afirma que os ajustes são "chave" para a adesão ser uma oportunidade para os empresários e não mais um elemento de perda de competitividade.

O protocolo é administrado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que permite solicitar o registro da marca nos países-membros por meio de um único pedido, reduzindo custos e procedimentos. O protocolo foi assinado em 1991 e está em vigor desde 1998. A sua base legal é o Acordo de Madrid, assinado em 1891.

Entre as mudanças está ampliar uma regra da LPI para impedir a pirataria de marcas para os pedidos de registro feitos por empresas estrangeiras via protocolo. Pela lei atual, as empresas brasileiras só podem pedir registro de marcas sobre produtos relacionados à sua atividade. Assim, uma fabricante de roupas não pode registrar marca de um carro, por exemplo. Pelo projeto, a regra vale também para as empresas estrangeiras.

O texto também admite a cotitularidade de marcas, como já está previsto no protocolo. Assim, marcas de invenções fruto de pesquisas em parceria ficam com duas organizações: universidade e empresa.

O projeto garante a isonomia de requisitos entre os pedidos de registro de marca apresentados no Brasil e no exterior com base em acordo internacional. "A redação garante o nivelamento pleno entre nacionais e estrangeiros em relação aos requisitos do pedido", diz Lopes.

Prazos - Pela proposta, os pedidos de registro tanto nacionais como estrangeiros deverão ser analisado em até 18 meses. Ao término do prazo, na hipótese de o exame não ser concluído, os registros serão concedidos de forma automática. Atualmente, isso só vale para os países membros do Protocolo de Madri. Para Lopes, a mudança traz um estímulo ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) para examinar os pedidos no "menor espaço de tempo viável" para a autarquia federal.

A proposta também obriga a empresa

estrangeira detentora de marca a manter procurador habilitado no Brasil para reduzir burocracia relacionada à eventual contestação de direitos de marca. "A inexistência dessa obrigação daria às empresas estrangeiras, na prática, uma quase imunidade a processos judiciais no Brasil", afirmou Lopes.

Pelo projeto, se uma marca não estiver em uso ao longo do último ano de vigência ela perderá o registro. O uso precisa ser comprovado por declaração ao Inpi com indicação de produtos e serviços ou com justificativa sobre o desuso. A caducidade também vale para desuso durante o sexto ano de vigência do registro, contado da concessão ou prorrogação do pedido.

Lopes afirmou que o direito de exclusividade da marca só se justifica com o uso. Caso contrário, constitui um "capital morto" para a sociedade, que "mais atrapalha que ajuda". Esse tipo de prática é chamado de "deadwood".

Proposta em tramitação na Câmara (PDC 860/17) ratifica o protocolo e foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em novembro de 2017 e pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços em novembro deste ano. O texto tramita em regime de urgência e ainda precisa ser votado pela CCJ e pelo Plenário.

O PL 10920/18 tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (As informações são da Agência Câmara Notícias)

Professores do MIT processam Ford por quebra de patente

Trio de professores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts alegam ser inventores de tecnologia que combina injeção direta e indireta

Três professores do MIT estão processando a Ford pelo uso de uma tecnologia patenteada pelo trio. O sistema de injeção direta de combustível e com dois tipos de injeção usados nos motores EcoBoost teria sido criado pelos professores. Eles agora pedem compensação pelo uso da **patente**.

A Ford e o MIT fizeram uma parceria ainda em 2007 para desenvolvimento de novas tecnologias para motores. Uma segunda parceria uniu os times do instituto de tecnologia de Massachusetts, encerrada em 2015. A Ford, na época, alegou que os professores eram "inventores gananciosos", que se recusaram a negociar direitos para licenciar as **patentes**.

Os professores Leslie Bromberg, Daniel R. Cohn, e John B. Heywood, do MIT, alegam ser os inventores

do sistema de injeção dupla de combustível. Ele combina injeção direta e indireta para melhor mistura ar-combustível. O sistema garante uma combustão mais estável do que os sistemas de injeção unicamente direta.

Ford recusou patente

Eles transferiram a propriedade da **patente** para o MIT, que garantiu a licença à Ethanol Boosting Systems, empresa fundada pelos professores. A EBS ofereceu as **patentes** da tecnologia de injeção dupla à Ford em 2014, que declinou da oferta.

O processo alega que apesar do acordo não ter sido firmado, a Ford começou a usar o sistema em seus motores. Os propulsores são usados nas picapes da Série F e no Ford Expedition, além de outros modelos de grande porte.

86 mil conteúdos são derrubados por violação de direito de software

NEGÓCIOS



A **ABES** (Associação Brasileira das Empresas de Software) anunciou nesta sexta-feira (15/2) o balanço anual do programa de monitoramento de internet. Segundo a associação, 40.944 links, 43.288 anúncios e 77 websites foram derrubados pela entidade no ano passado por conta de violações ao **Direito Autoral** e a Propriedade Intelectual dos associados da entidade. No total, são mais de 86 mil conteúdos.

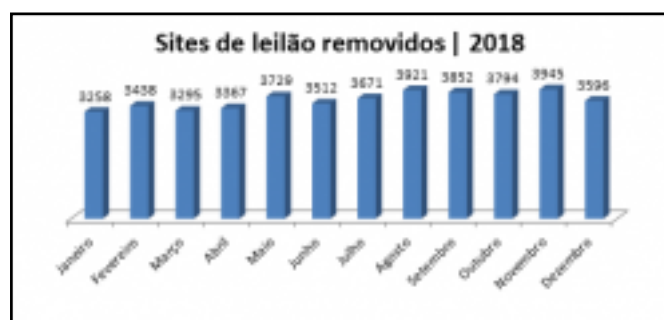


De acordo com a BSA | The Software Alliance, atualmente 46% de todos os softwares comercializados no Brasil são piratas - número que preocupa o mercado.

Francisco Camargo, presidente da ABES, comenta que, apesar da evolução tecnológica ter ajudado a diminuir a pirataria de software, com a oferta dos programas de computador na nuvem, os números do mercado brasileiro ainda são preocupantes.



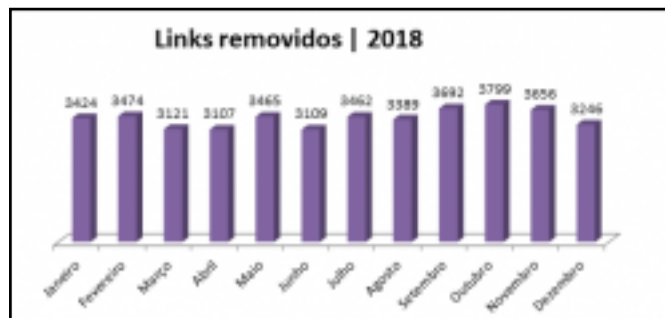
O balanço do monitoramento da ABES aponta uma redução de 8,72% em relação a 2017, quando 87.716 anúncios, links e sites com conteúdos ilegais foram removidos. "Essa variação demonstra uma diminuição da oferta de conteúdo ilegal disponível em relação a 2017, mas ainda assim quase 5% maior que em 2016, onde o total de remoções foi de 76.273", destacou Camargo.



A ABES informa que faz um monitoramento contínuo da internet e notifica diretamente os próprios portais de e-commerce e os provedores de acesso, quando identifica um conteúdo que viole a propriedade intelectual de seus associados.

A ação, segundo a entidade, tem o objetivo de proteger os consumidores, que podem estar expostos a vírus, malwares e sequestro de dados. Também protege o consumidor que pode estar infringindo as leis brasileiras de **propriedade intelectual** sem saber.

Continuação: 86 mil conteúdos são derrubados por violação de direito de software



O monitoramento de internet faz parte da iniciativa da ABES, "Uma Empresa Ética", que visa promover a concorrência saudável e ética na economia.

Confira os números dos últimos anos:

Gráfico com a evolução do total de anúncio em sites de leilão, links e websites removidos de 2009 a 2018:

Mundo Inteligente: o estado da IoT

E-book por:

Resultados do Monitoramento de Internet em 2018:



Propriedade Intelectual - Reflexões Contemporâneas

Comissão De Propriedade Industrial e Pirataria da OAB/RJ lança o livro Propriedade Intelectual - Reflexões Contemporâneas .

O livro Propriedade Intelectual - Reflexões Contemporâneas será lançado no Rio de Janeiro no dia 26 de fevereiro, às 18h, no Centro Cultural da Justiça Federal. A obra reúne artigos sobre temas relevantes e contemporâneos debatidos pela Comissão de Propriedade Industrial e Pirataria da OAB/RJ ao longo do mandato 2016 - 2018.

O livro aborda os inúmeros avanços tecnológicos que desafiam o direito, criando novas áreas de estudo e de atuação nesse setor. Composto por dez capítulos, o livro contempla temas importantes como Marketing de Emboscada; Resignificação da Posição Processual do **INPI** nas Ações de Nulidade; A Propriedade Industrial no Novo Processo Civil; A Propriedade Comparativa no Direito Brasileiro; Direito de Precedência de Marcas; Bloqueio Judicial de Websites; As Marcas e o Avanço do Paradigma Digital; Patentes Essenciais; Monopólio de Patentes Relacionadas à Tecnologia Internet das Coisas e Big

Data e os Limites da Privacidade.

"O livro traz reflexões sobre temas atuais e muito interessantes, não apenas para os profissionais que atuam na área de propriedade intelectual, mas também para a sociedade de maneira geral, pois aborda assuntos que impactam nas suas vidas", explica Paulo Parente Marques Mendes, presidente da Comissão (2016-2018) e sócio do escritório Di Blasi, Parente & Associados, um dos organizadores do livro, em parceria com os advogados Valdir de Oliveira Rocha Filho e Marcelo Mazzola - também membros da Comissão de Propriedade Industrial e Pirataria da OAB/RJ.

A Propriedade Intelectual, um dos necessários degraus para o progresso tecnológico e econômico, somada ao constante combate à Pirataria, evita prejuízos que vão além da ordem econômica, ameaçando também a saúde e segurança da população. A ideia é que o livro chegue a todas as esferas do direito, levando conhecimento e conteúdo atualizado para pesquisas e decisões administrativas e judiciais.

Polícia faz apreensão em fábricas de Lamborghinis e Ferraris falsificadas

Carros apreendidos: DEIC estourou duas fábricas

Policiais do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) realizaram nesta quinta (14) três batidas em fábricas de réplicas de carros de alto luxo. Foram apreendidos quatro veículos falsos, são eles uma Ferrari e três Lamborghinis.

A atividade criminosa acontecia próxima ao Sacomã, na Zona Sul, e em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Três pessoas encontradas nas fábricas foram encaminhadas para prestar depoimento e liberadas. O caso está registrado na 1ª Delegacia de Investigações Criminais (DIG), responsável pelo

combate à **pirataria**.

De acordo com o delegado responsável pelo caso, Wagner Carrasco, a lei para esse tipo de crime prevê, no máximo, um ano de reclusão se houver condenação. "Os veículos ainda passarão por perícia", explicou. Apesar da ação conjunta da polícia, ainda não é possível dizer se há conexão entre os acusados de **falsificação**.

A venda das réplicas era divulgada nas redes sociais. Os carros eram montados em cima do motor e câmbio de outros veículos conhecidos, a exemplo do Ford Fusion.

Padre Marcelo Rossi terá que depor na Polícia Civil sobre acusação de plágio

Sacerdote teria plagiado texto de escritora carioca em seu famoso livro Ágape

Rio - O padre, cantor e escritor, Marcelo Rossi, de 51 anos, terá que prestar depoimento na Cidade da Polícia do Rio de Janeiro, na próxima semana, no inquérito em que apura denúncia de suposto plágio, envolvendo a escritora carioca Izaura Gargia, de 62 anos. A informação foi dada nesta sexta-feira pelo jornalista Alessandro Lo-Bianco, no Programa A Tarde é Sua, pela Rede TV. O sacerdote, que já respondeu a outros dois processos por supostos plágios, não comenta o assunto, mas sua assessoria informou que ele está disposto a prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nos próximos dias, a Justiça também julgará liminar, que poderá obrigar o recolhimento dos livros no mercado, tanto nacional, como internacional. Izaura alega que provou que o texto 'Perguntas e Respostas, Felicidade qual é?', que consta no famoso livro 'Ágape', lançado pelo sacerdote em 2010, é de sua autoria, mas foi atribuído a Madre Teresa de Calcutá. Sua defesa pede R\$ 50 milhões de indenização, equivalente a 20% da venda de 10 milhões de exemplares, em 30 países.

"Estou muito feliz porque acredito nessa justiça que cumpre sua responsabilidade social, impedindo que a força e o dinheiro se sobreponham a ela. Confio em Deus e na competência do nosso judiciário", disse Izaura, agora há pouco por telefone ao DIA.

O inquérito contra Rossi foi encaminhado ao MP em

novembro do ano passado, mas o órgão solicitou duas novas diligências: uma, de ouvir o padre sobre o assunto, e outra, sigilosa, envolvendo documentos.

Em julho de 2017, o líder católico foi acusado de plagiar texto do carioca Ronaldo Siqueira da Silva, de 58 anos, no livro 'O Eremita Urbano', conforme o DIA noticiou com exclusividade na época. No caso de Izaura, o plágio foi constatado por ela numa livraria, sem querer.

"Além de registro em cartório, o meu texto (entre os 100 mais fraternos do mundo, segundo sites especializados) foi publicado em 2002 no livro 'Nunca Deixe de Sonhar', meu e de outros autores. Fiz um acordo em 2013 com a Editora Globo Livros, não cumprido na íntegra".

Pelo acordo, ela recebeu R\$ 25 mil de adiantamento pelo lançamento de seu livro 'Diabetes.com.saúde', em 2013, pela mesma editora, que se comprometeu a colocar o seu nome nas outras edições de 'Ágape'. "Na última edição (2015), nada mudou. Até hoje não me deram balanço ou pagamento da venda do meu livro sobre diabetes".

"Me encontrei com Rossi há dois anos. Ele apenas me abençoou e disse que Deus fecha uma porta, mas abre outras". A assessoria de Rossi não comentou o assunto. A editora informou que se manifestará nos autos da ação por violação de **direitos autorais**, na Vara Empresarial da Capital.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

4, 13

Inovação

4, 5

Arbitragem e Mediação

7

Direitos Autorais

8, 13, 17

Pirataria

9, 16

Marco regulatório | INPI

11, 15

Patentes

12